

OBSCURANTISMO E ANTICIENTIFICISMO NO BRASIL BOLSONARISTA: ANOTAÇÕES SOBRE A INVESTIDA PROTOFASCISTA CONTRA A INTELIGÊNCIA E A CIÊNCIA NO BRASIL

*OBSCURANTISM AND ANTICIENTIFICISM IN BRAZIL BOLSONARISTA: NOTES ON
THE PROTOFASCIST ATTACK AGAINST INTELLIGENCE AND SCIENCE IN BRAZIL*

Carlos Zacarias de Sena Júnior
Universidade Federal da Bahia

RESUMO

Este artigo pretende discutir a ofensiva obscurantista e anticientificista contra a inteligência e as universidades brasileiras sob o governo do presidente Jair Bolsonaro. Partindo de uma discussão sobre a importância da ciência, sua forma e conteúdo assumido ao longo dos séculos, o artigo retoma a edificação dos postulados sobre o que vem a ser ciência, como ponto de partida para a localização do debate sobre as ciências humanas e a filosofia. Em seguida, considerando como anticientíficos e anti-intelectuais as versões trazidas pelo negacionismo na história, algo surgido no Brasil a partir do revisionismo presente na academia, o artigo conclui pela indicação da necessidade de resistir às investidas, a bem do conhecimento científico e de toda a humanidade.

Palavras-chave: Obscurantismo; Anticcientificismo; Bolsonarismo; Negacionismo.

ABSTRACT

This article intends to discuss the obscurantist and anti scientificism offensive against Brazilian intelligence and universities under the government of President Jair Bolsonaro. Starting from a discussion about the importance of science, its form and content assumed throughout the centuries, the article resumes the construction of the postulates about what becomes science, as a starting point for the location of the debate on the human sciences and the philosophy. Then, considering as anti-scientific and anti-intellectual the versions brought by denialism in history, something that arose in Brazil from the revisionism present in the academy, the article concludes by the indication of the necessity of resisting the invested, for the sake of scientific knowledge and of all the humanity.

Keywords: Obscurantism; Anti scientificism; Bolsonarism; Denialism.

Errar é humano, persistir no erro é tolice



Discutindo a forma como as verdades são estabelecidas no âmbito da ciência, o zoólogo e militante ateu britânico Richard Dawkins, autor de *Deus, um delírio*, narra um caso curioso ocorrido Oxford, universidade onde cursou sua graduação. De acordo com Dawkins (que pelo visto contou a história inúmeras vezes), em seu Departamento havia um respeitado professor que, por anos, “tinha acreditado apaixonadamente, e ensinado, que o complexo de Golgi (uma estrutura microscópica do interior das células) não existia”, que seria uma espécie de “fabricação, uma ilusão”. Dawkins nos conta que era costume no seu Departamento receber pesquisadores nas tardes de segundas-feiras para falar sobre suas investigações. Certa feita o visitante foi um biólogo celular norte-americano “que apresentou evidências que o complexo de Golgi existia”, contradizendo peremptoriamente a tese defendida por anos pelo professor de Oxford que, por sinal, havia acompanhado atentamente apresentação do pesquisador que contradizia a sua tese. No fim da palestra, sob olhares atentos e cheios de expectativas dos assistentes, o docente que havia defendido que o complexo de Golgi não existia, dirigiu-se ao convidado estadunidense, apertou sua mão e disse: “Caro companheiro, gostaria de agradecer-lhe. Eu estava errado por todos esses quinze anos”. Ao que Dawkins conclui a história: “Aplaudimos até ficar com as mãos vermelhas” (2007, p. 364)

A história narrada acima é curiosa e bastante elucidativa sobre a maneira como os cientistas operam. Para Dawkins, que faz questão de deixar claro que nem todos os cientistas fariam o mesmo, mas que nenhum cientista deixaria de dizer que esse procedimento é o ideal, o que importa no caso descrito é estabelecer a diferença entre o método tipicamente científico, e outros tipos de métodos e procedimentos que operam no terreno religioso, filosófico, da política etc. Na maior parte das vezes, a ciência opera com experiência e verificação e são as evidências que confirmam ou não as hipóteses formuladas.

Cientistas costumam desenvolver hipóteses, mas ao contrário do que o senso comum pensa, uma hipótese científica não necessariamente precisa ser confirmada e ainda assim, como hipótese, ela terá cumprido sua função. Isso porque uma hipótese é uma possibilidade, uma expectativa e um caminho a ser percorrido ao final do qual a constatação de que não funciona ou que simplesmente está errada, não desmerece a investigação, mas coloca o pesquisador num outro caminho. Na maior parte do tempo, ou pelo menos em muitos casos, as hipóteses na pesquisa científica são “furadas” ou simplesmente mostram-se equivocadas e o resultado não é que a energia foi gasta em vão, mas simplesmente que uma possibilidade mostrou-se insustentável e outra deve ser

investigada. É assim que funciona em toda a investigação científica, porque ciência é algo que se faz com dados e evidências, muito labor e reflexão intensa, e não com opinião, mesmo estando sempre sujeita a refutação.

A ciência é coisa muito séria, mas isso não quer dizer que ela seja mais séria ou mais importante do que a religião, a filosofia ou a política, por exemplo. Dizer que a ciência é séria é assumir que ninguém se arvora a discutir o que quer que seja de uma perspectiva científica sem ter estabelecido as premissas fundamentais na aplicação de um método, sem ter definido a forma do procedimento, sem ter refletido sobre as experiências que precisará fazer ou as fontes e dados que precisará acessar para chegar ao resultado pretendido e também sem ter por trás de si uma teoria que é estruturante e orientadora de todo o procedimento, mas que funciona sempre como expectativa e nunca como uma camisa de força ou uma imposição *a priori*.

A humanidade levou milhares de anos para desenvolver as bases do método científico, mas foi, sobretudo, nos últimos 200 anos que muitas das teses científicas puderam ser comprovadas, em função do desenvolvimento tecnológico, que possibilitou o aperfeiçoamento ou a construção de aparelhos que puderam confirmar algumas das hipóteses firmadas há décadas ou há séculos atrás, mas também porque foram testadas e permanentemente desafiadas nos postulados estabelecidos e quanto aos resultados alcançados, obtendo confirmação. Por conta disso, hoje é possível dizer que a Evolução, uma teoria desenvolvida desde que Charles Darwin publicou *A origem das espécies*, em 1859, não é apenas uma teoria, mas um fato que confirma os postulados teóricos do naturalista britânico que os apresentou como uma hipótese robusta, que posteriormente foi testada e confirmada.

Da mesma forma, depois que fotografias de um eclipse solar realizadas em 1919, feitos na cidade de Sobral, no Ceará, e na Ilha do Príncipe, no arquipélago de São Tomé e Príncipe, na costa ocidental da África, confirmaram a Teoria da Relatividade de Einstein, formulada em 1905, o recente registro, também em fotografia, de um buraco negro por uma equipe transnacional composta por mais de 200 cientistas, assegura ainda com maior certeza a precisão de Albert Einstein, que apenas por cálculos matemáticos e observação rudimentar, estabeleceu uma das teorias mais importantes do século XX. Ou seja, por vezes, uma teoria bem formulada precisará de bastante tempo para ser confirmada ou, como também pode acontecer, para ser refutada.

O que importa dizer a respeito do procedimento científico em termos gerais, é que os pesquisadores não imaginam que suas teorias ou descobertas, que podem ser universalmente aceitas em um contexto, são sempre válidas em contextos ou situações distintas, e isso vale numa perspectiva temporal e também espacial. Ainda assim, o pressuposto de toda a ciência é que seja capaz de explicar alguma coisa, para além das explicações oferecidas pelo senso comum ou por outros ramos de saber, de uma perspectiva reconhecida universalmente, admitindo-se as margens de erros e incertezas:

A ciência é o que se conhece, o que se sabe de maneira tal que se possa prever seu conjunto em função das partes, seu futuro em função do seu estado. Ora, o conceito de “predição”, bem elucidado pelos estatísticos, implica essencialmente o conceito de “erro” relativo, isto é uma imperfeição, sempre provisória, dentro da predição. A ciência é uma predição de uma configuração, de uma disposição de coisas no mundo. (MOLES, 1995, p. 27).

Não obstante, a forma como a ciência evolui também tem uma história. Na maior parte do tempo, as divergências e os debates, que são estabelecidos e controlados por procedimentos que são capazes de situar o campo científico, o que faz com que as contendas sejam travadas nos marcos de acordos firmados ou pelo menos tácitos, movem o conhecimento e permitem o seu desenvolvimento. A biologia de Darwin e a física de Einstein, que se utilizam largamente do conhecimento acumulado nos séculos anteriores, não deixam de representar uma superação, no sentido dialético do termo, da ciência até então existente para aquelas áreas. Por conta disso, ainda que não sendo possível existir um Darwin sem um Lamarck e um Einstein sem um Newton, é superando os paradigmas até então existentes, cujos cientistas foram os pontos de partida do desenvolvimento da ciência posterior, que a Teoria da Evolução ou a Teoria da Relatividade passaram a ser as principais formas explicativas da Biologia ou da Física, para citarmos os exemplos em questão.

A propósito da maneira como a ciência se desenvolve e determinados paradigmas são aceitos como eficazes, o filósofo e historiador da ciência Thomas Kuhn se referiu à “ciência normal” como sendo aquela baseada “em uma ou mais realizações científicas passadas”. Para Kuhn tais realizações “são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior” (s/d. p. 29). Nos exemplos acima, como “ciência normal”, tanto as pesquisas de Lamarck e Newton quanto as de Darwin e Einstein, foram validadas pelas respectivas comunidades científicas, que endossaram os procedimentos e referendaram

os resultados, sendo aceitas como comprovadas, embora sujeitas a refutação posterior, como toda verdade estabelecida.

Como se sabe, contudo, nem toda a ciência é passível de comprovação e, não obstante, não deixam de ser também formuladas por métodos, movidas por hipóteses e igualmente estabelecidas como verdades, depois de testadas da maneira apropriada. Historiadores, sociólogos, antropólogos e politólogos, assim como outros profissionais das ciências humanas, embora lidem com um campo de investigação que alguns diriam mais próximas da “imprecisão” ou das “ciências do impreciso” ou “em vias de se fazer”, como se referiu Abraham Moles, não são menos cientistas, ainda que seus objetos/sujeitos não sejam estáticos, mas passíveis de transformação e suscetíveis a contingências: “ao lado das ciências exatas (?) há ciências do inexato, do impreciso, do fluido, das correlações fracas que aproximam, mais do que as ciências da natureza, o conhecimento do real tal como nós temos de nos confrontar com ele (...)”. (1994, p. 18)

A propósito da ciência histórica, como corretamente observou o historiador Arnaldo Momigliano, que considerava uma generalização arbitrária se atribuir à mente grega uma perspectiva a-histórica pelo fato de que Platão, Pitágoras e Zenão, filósofos que aspiravam pela precisão serem mais conhecidos do que Heródoto, Tucídides e Políbio, autores do contingente e do transitório, também não se pode dizer que toda a ciência se desenvolveu em bases e critérios que excluem as ciências humanas, especialmente admitindo-se que estas, como aquelas, também precisarão constituir uma epistemologia e uma metodologia. (2004, p. 54)

Com efeito, o que se defende aqui é que, longe da opinião, que recheia o mundo atual e que estabelece um sinal de igualdade entre o senso comum e o bom senso ou o conhecimento científico, algo que se efetiva com a amplificação de vozes por mecanismos poderosos como são as redes sociais, a história e as ciências humanas em geral, como toda a ciência, se baseiam em postulados que são aceitos, ao tempo que refuta falsificações, procedimentos revisionistas e, principalmente, teses negacionistas, entendidas aqui como meras ideologias, na acepção marxiana do termo. Quanto ao negacionismo que hoje avança como uma das formas obscurantistas e anticientificistas que atinge a ciência histórica, basta se dizer que seu único objetivo é o de proceder a uma revisão do passado de forma politicamente motivada e com vistas ao atendimento dos interesses dos poderosos de plantão, com total desprezo pelas evidências.

Sobre o óbvio, o senso comum e a ciência



Na vida, há muitas coisas que são óbvias e ninguém há de duvidar disso. É óbvio, por exemplo, que quem mais estuda tem mais conhecimento do que quem estuda menos, que cientistas são pessoas capazes de produzir ciência e que nenhum ser humano nasce sabendo, mas todos são aptos a aprender. É óbvio que precisamos de um Estado e um governo, que ricos e pobres sempre existiram e que o desemprego é causado pela falta de qualificação do trabalhador. É óbvio, também, que a Terra é redonda, que o aquecimento global é um dado da contemporaneidade e que a humanidade, se seguir consumindo no ritmo atual, em algumas décadas há de esgotar boa parte dos recursos naturais existentes no planeta.

O leitor atento já percebeu que das coisas ditas acima, que misturam ciências naturais e humanas, algumas poderiam ser consideradas como empiricamente óbvias, outras são absurdas (ou parecem ser), algumas são plausíveis e outras se tornaram aceitas e até certo ponto consideradas óbvias apenas porque entraram no senso comum da conhecimento científico, sendo, portanto, aquisições do conhecimento humano que pareceriam irrefutáveis até há algum tempo atrás. Entre aquilo que poderíamos dizer empiricamente óbvio, estão os temas do primeiro bloco de questões, das coisas que seriam absurdas ou, no mínimo, controversas, as do segundo bloco e as plausíveis e talvez até mesmo óbvias por aquisições humanas, as que estão no terceiro bloco.

Em tese, em pleno século XXI, ninguém deveria duvidar que a Terra é redonda, que o aquecimento global é um dado da atualidade e que a humanidade usa predatoriamente os recursos disponíveis (falarei de forma geral, mas todos sabemos as nuances de uso dos recursos da parte de cada país ou das distintas classes que compõe a sociedade burguesa). Essas três questões dizem respeito não ao que parece óbvio, mas à forma como todos passamos a entender sobre como as coisas efetivamente são ou tem se processado. A Terra é redonda, isso é um dado cientificamente comprovado, da mesma forma que a percepção de que o aquecimento global e uso predatório dos recursos naturais na atualidade podem levar a um esgotamento desses recursos. Mas esses fatos ou dados, não são imediatamente óbvios, mas foram consolidados a partir do que foi produzido pela ciência, muito embora, nos dias atuais, passam por ser questionados como invenção de uma determinada ideologia e não como um fato científico.

A propósito do que consideramos aqui como óbvio, e nesta seção tomamos o título de um famoso texto do antropólogo Darcy Ribeiro para desenvolver a ideia, foi justamente

este autor que discutiu o assunto de maneira mais didática, chamando a atenção para o fato de que nem tudo o que é óbvio ou até mesmo observável a “olho nu”, corresponde à realidade: “É óbvio, por exemplo, que todo santo dia o sol nasce, se levanta, dá sua volta pelo céu, e se põe”, diz o autor. “Sabemos hoje muito bem que isto não é verdade”, conclui sobre a obviedade de um erro que perdurou por milênios. A tal obviedade empiricamente observável, cujos nossos sentidos são todos os dias abruptamente confundidos e sobre o qual a humanidade levou milênios para descobrir a verdade, ou o fenômeno na sua essência, que era justamente o oposto do que percebíamos, já que não é o sol que se move, mas é a Terra que o orbita, Darcy Ribeiro junta outras obviedades tornadas senso comum na percepção dos brasileiros: a de que os pobres vivem dos ricos; a de que os negros são inferiores aos brancos; a de que os brasileiros são um povo de segunda classe (“inferior”, “chifrim”, “vagabundo”). E então o antropólogo vai desfazendo um a um esses mitos, tidos por óbvios, tanto quanto era a ideia de que o sol girava ao redor da Terra, demonstrando a forma como a ideologia propugnou tais percepções e a importância da ciência, física ou humana, para o desvelamento do mundo. (2019, p. 33-35)

A ciência é o fundamento para o reconhecimento dos fenômenos físicos, químicos ou biológicos, mas também humanos, e é necessário que haja atenção ao que está para além daquilo que é visível, para que surja a ciência (ou *cons-ciência*) para separar a verdade, ou o que tem potencial de verdade, da ideologia ou da mera falsidade. Dessa forma, o conhecimento, como a verdade, tem um imenso potencial libertador, pois a verdade é sempre revolucionária. Não foi por outro motivo que Marx e Engels dedicaram suas vidas ao estudo profundo de uma infinidade de fenômenos humanos, que buscavam perceber de maneira articulada e científica, conhecimento sem o qual entendiam como impossível a tarefa de transformar o mundo, conforme enunciado na décima primeira tese sobre Feuerbach: “os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que trata é de *transformá-lo*” (1989, p. 97)

Foi, portanto, buscando algo mais do que interpretar o mundo que Marx (e também Engels) mergulhou a fundo em intermináveis investigações científicas, algo muito além do que faziam os metafísicos que tinham sido seus mestres na filosofia. Quando estudou o capitalismo para escrever a sua obra mais importante, *O capital*, obra esta que demandou décadas de investigações aprofundadas sobre fenômenos complexos para tentar apreendê-los em sua essência, quase sempre invisível e em alguns casos demasiadamente abstrata, Marx cunhou uma frase, entre tantas que ilustram epígrafes de



diversos artigos e livros, que ficou famosa: “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas”. (MARX, 1985, p. 1080) A título de tentar explicar que para além do que pareceria óbvio e aparente havia uma essência nas coisas, algo que a maior parte dos economistas burgueses não conseguiam compreender, nem muito menos os homens comuns que cotidianamente travavam relações mediadas pelas formas engendradas pela sociedade burguesa e pelo capital, Marx formulou um princípio que é o fundamento de toda a sua obra e de sua própria compreensão do mundo, visto que foi muito além da política e da metafísica, procurando entrever o mundo pelas lentes da ciência (História, Economia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política etc).

Discípulo de Marx e com imensa estatura intelectual, Antonio Gramsci, por seu turno, ocupado em depurar a noção de senso comum como algo estritamente negativo, buscou compreender a complexidade das suas formas, em alguns casos, distinguindo a sua dimensão passiva, relativa a um estrato social cuja dimensão ativa seria relacionada a um grupo dirigente-intelectual desse mesmo estrato. Com efeito, valorizando aquilo que poderia ser um caminho para se atingir o bom senso, considerando-se que o senso comum e o bom senso conformariam um percurso como potencialidade de se atingir o autoconhecimento, nenhuma ciência poderia ser dita como a-histórica:

Se as verdades científicas fossem definitivas, a ciência teria deixado de existir como tal, como investigação, como novas experiências, reduzindo-se a atividade científica à repetição do que já foi descoberto. O que não é verdade, para a felicidade da ciência. Mas, se nem mesmo as verdades científicas são definitivas e peremptórias, também a ciência é uma categoria histórica, um movimento em contínua evolução. Só que a ciência não coloca nenhuma forma de “incognoscível” metafísico, mas reduz o que o homem não conhece a um empírico “não conhecimento” que não exclui a cognoscibilidade, mas a condiciona ao desenvolvimento dos instrumentos físicos e ao desenvolvimento da inteligência histórica dos cientistas individuais. (1999, p. 174).

Apreciador da formulação marxiana presente no prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*, de que a humanidade só se coloca problemas que é capaz de resolver (ou que “a sociedade não se propõe a objetivos para cuja solução já não existam as condições necessárias”), Gramsci assumia a plenitude da historicidade de toda a ciência e também que havia uma estreita ligação entre a ciência e ideologia (no sentido comumente usado para o termo), na medida em que depurava do conhecimento qualquer noção de neutralidade, ainda que aspirando expungir a falsidade do conhecimento e buscando aproximá-lo das dimensões hegemônicas em cada sociedade.

Como pressuposto da constatação de que ciência e ideologia eram inseparáveis, mesmo admitindo uma proximidade relativa com formas de idealismo, até certo ponto, necessário, para que pudesse se afastar da concepção objetivista, positivista e mesmo vulgar do *Ensaio popular* de Bukharin, que criticou com virulência no caderno 11 dos seus textos carcerários, Gramsci considerava que as ciências naturais e físicas tinham se tornado “ciências-fetichê”, pois exportavam seu método para todas as outras ciências: “Não existem ciências por excelência e não existe um método por excelência, ‘um método em si’. Toda pesquisa científica cria para si um método adequado, uma lógica própria, cuja generalidade e universalidade consiste em ser ‘conforme o fim’”. (1999, p. 234-235)

No mesmo caminho, Abraham Moles arguiu:

Seria fácil demais notar que *todas* as ciências começaram pela consciência vaga de regularidades dentro de observação do mundo exterior e mais particularmente da natureza que se apresenta *a priori* como objeto neutro e impassível com o qual nosso espírito se confronta. (1995, p. 44-45)

Em vista disso, a constatação de que as formas de anticientificismo que alcançam alguns países do mundo, cujas populações são cada vez mais vulneráveis a discursos que acusam os cientistas e pesquisadores, sejam eles das ciências “duras” e “exatas” ou “moles”, “inexatas” e “imprecisas”, de “viés ideológico”, não podem existir sem tratar indistintamente a inteligência e a investigação, a intuição e o labor, o *insight* e a empiria como dimensões perniciosas e altamente perigosas, já que relativas ao conhecimento e a crítica. Tais campos são tomados como inimigos de uma verdade emanada do poder, cuja única forma possível de percepção é a aparência que varia conforme a vontade, algo que impede que o senso comum caminhe até o bom senso e que a *cons-ciência*, limitando-se exclusivamente ao óbvio e perceptível, possa se estabelecer, ficando sujeita a mera ideologia e ao exercício pleno da hegemonia.

“Se isso não é uma epidemia, eu não entendo mais nada”

Assumindo aqui uma posição de defesa da ciência, com seus graus de certeza/incerteza, precisão/imprecisão e possibilidades de refutação, dentro do campo do conhecimento instaurado, produzido em “lugares de ciência” como são aqueles “lugares de memória” referidos pelo historiador Pierre Nora (1993), algo que diz respeito à forma como os pesquisadores se comportam nos institutos de pesquisa e universidades, onde efetivamente se produz conhecimento científico no Brasil, e reconhecendo-se como absolutamente necessário se combater as formas obscurantistas como pesquisadores e

intelectuais vem sendo atacados por uma ofensiva que se constitui em verdadeira ameaça, convém apresentar alguns elementos que caracterizam o atual momento.

O professor da Faculdade de Medicina da UFBA Antonio Nery Filho, é um conhecido pesquisador e renomado estudioso da questão das drogas no país. Com acesso aos meios de comunicação, muito especialmente às rádios, Antônio Nery oferece entrevistas e participa de programas onde consegue transpor para um público mais vasto, boa parte do conhecimento adquirido ao longo de décadas de investigação científica. Defensor da legalização das drogas (de todas as drogas, como costuma dizer), para que o Estado e a sociedade possam controlar seu uso e cobrar impostos, o que, imagina, seria capaz de reduzir o consumo, o pesquisador é um praticante ativo da política de redução de danos, que pressupõe que se o indivíduo deseja usar drogas, que lhe seja proporcionado condições seguras para tal. (MACRAE; TAVARES; RÉGO, 2009, p. 283-305)

Escutei muitas vezes o professor Antônio Nery Filho falar, em rádios ou em palestras. Sua forma descontraída e didática, são um recurso eficiente para que se quebrem preconceitos e se estabeleça uma linha direta de comunicação com a população. Certa feita, enquanto Antônio Nery participava de um programa de rádio, o médico, psicanalista professor da UFBA, escutou de uma ouvinte, que falou ao vivo, por telefone, no programa, um apelo para que o especialista e os poderes públicos intercedessem numa concentração de usuários de crack que existia em sua rua, o que lhe provocava medo de assaltos e de agressões, que supunha poderia vir a sofrer da parte dos drogados. Pacientemente Antônio Nery convidou a senhora a ir até o aglomerado de pessoas que supostamente seriam usuárias de crack, que ele assegurou já ter visitado, para constatar que a maioria dos homens e mulheres que ali estavam e que ela pensava serem drogados, não eram usuários de nenhuma droga, mas se encontravam ali por diversos outros motivos. Incrédula a ouvinte insistiu, ao que o professor prometeu retornar ao espaço mencionado.

A história me veio a lembrança em função de uma celeuma criada pelo ministro da Cidadania do governo do presidente Jair Bolsonaro, o médico Osmar Terra, que vetou a divulgação de um estudo sobre drogas elaborado por uma das mais importantes instituições científicas do país, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), órgão vinculado ao Ministério da Saúde. Entre 2014 e 2017, pesquisadores da Fiocruz entrevistaram cerca de 16 mil pessoas, numa pesquisa que consumiu sete milhões de reais em recursos públicos



adquiridos via edital, com o objetivo de proceder ao 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas no país. De acordo com o ministro, que disse não confiar nas pesquisas da Fiocruz e não ficou nem um pouco feliz em saber que a investigação demonstrava que o Brasil não vive uma epidemia de uso de drogas,

Se tu falares para as mães desses meninos drogados pelo Brasil que a Fiocruz diz que não tem uma epidemia de drogas, elas vão dar risada. É óbvio para a população que tem uma epidemia de drogas nas ruas. Eu andei nas ruas de Copacabana, e estavam vazias. Se isso não é uma epidemia de violência que tem a ver com as drogas, eu não entendo mais nada. Temos que nos basear em evidências.

Para Osmar Terra as evidências em que todos deveriam se basear, são supostamente as mesmas que tratam sobre a obviedade de que o sol gira em torno da Terra (o planeta, bem entendido). O problema que o ministro alega para engavetar uma investigação séria, de uma instituição respeitada ligada a um órgão do governo, uma pesquisa absolutamente necessária para o estabelecimento de políticas públicas para prevenção e para o tratamento de usuários de drogas, é a de que os cientistas, que, segundo disse, “tem um viés ideológico de liberação das drogas”, montaram a pesquisa para “provar que não tem epidemia (de uso de drogas no Brasil)”¹.

A posição do ministro da Cidadania do governo de Jair Bolsonaro, um governo de extrema-direita com características profascistas, podia parecer uma episódio isolado no atual momento político do país, ou mesmo na história do século XX, mas infelizmente não é assim. Como parte de uma ofensiva obscurantista de caráter anti-intelectual e anticientificista que atravessa todos os setores da política nacional, e tem correlatos em outros governos pelo mundo e também no passado histórico, a investida contra a Fiocruz e contra os pesquisadores da instituição são efetuadas no bojo de uma política baseada na premissa de que o Brasil foi tomado por uma imensa conspiração de esquerda, que tem o “marxismo cultural gramscista” (sic) incrustrado em todos os setores da vida nacional. Em vista disso, as universidades, a inteligência, os cientistas, os professores e os jornalistas são os principais focos de ataques de membros do governo brasileiro e de prepostos da sociedade que acreditam piamente que todo problema se resume à disputa pelo poder.

¹ De acordo com reportagem do The Intercept Brasil, que publicou os resultados da pesquisa da Fiocruz, o levantamento aponta “que 0,9% da população usou crack alguma vez na vida, 0,3% fez uso no último ano e apenas 0,1% nos últimos 30 dias. No mesmo período, maconha, a droga ilícita mais consumida, foi usada por 1,5%, e a cocaína, por 0,3% dos brasileiros. Pesquisadores ouvidos pela reportagem são unânimes em dizer que, embora preocupantes, os índices estão longe de representar o que o governo, sobretudo na figura de Osmar Terra, insiste em chamar de ‘epidemia’”. <https://theintercept.com/2019/03/31/estudo-drogas-censura/>. Acesso em 06/06/2019.

Na mesma semana em que a Fiocruz teve seu estudo engavetado, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que permite a internação compulsória de usuários de drogas, para desespero de estudiosos de apontam a ineficácia desse tipo de medida e o enorme retrocesso representado por uma política cujos efeitos podem vir a ser profundamente deletérios.² Conjugado a este fator, de dimensões punitivas e de evidentes disposições de práticas higienistas, as perspectivas de retorno dos manicômios, com toda a concepção terapêutica que lhe é correspondente, conforme apontado pelos especialistas, colocam a sociedade em alerta para as formas de exclusão apenas possíveis como parte da irracionalidade obscurantista que atinge este governo.³

Citando Hannah Arendt, para quem a irrealidade fascista seria “uma nota promissória para uma realidade futura”, Jason Stanley sugere que ao operar dentro da lógica de criar uma realidade para justificar as inúmeras atrocidades que comete, uma tal política fascista (ou protofascista) haverá de favorecer algo que hoje não existe, de maneira que um dia venha a existir de fato (2019, p. 156-157). Ou seja, ao tomar medidas ineficazes para combater as drogas, a probabilidade de promover o aumento do número de usuários ao patamar de uma epidemia, pode, por fim, justificar as medidas adotadas.

O significado desse tipo de procedimento, que não deixa de lembrar as investidas contra a intelectualidade, os artistas e os cientistas na Alemanha dos anos 1920 e 1930, é que voltamos a tatear no escuro, já que a ciência deixar de ser uma “vela a iluminar a escuridão”, como sugere Carl Sagan, que defende que “os valores da ciência e a da democracia são concordantes”. Para o astrônomo norte-americano,

A ciência é um meio de desmascarar aqueles que apenas fingem conhecer. É um baluarte contra o misticismo, contra a superstição, contra a religião mal aplicada a assuntos que não lhe dizem respeito. Se somos fiéis a seus valores, ela pode nos dizer quando estamos sendo enganados. Ela fornece a correção de nossos erros no meio do caminho”. (2008, p. 59)

É, portanto, por temer a ciência e os cientistas, que trabalham em junção com a democracia, o que pressupõe a crítica, que um governo com o de Jair Bolsonaro conspira permanentemente contra o conhecimento. Por isso, não basta que se cite o episódio relacionado à Fiocruz. Há questionamentos a respeito da metodologia adotada pelo IBGE para levantar a taxa de desemprego, assim como sobre os critérios definidores das

² <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2019/06/06/bolsonaro-sanciona-lei-que-permite-internacao-forcada-de-usuarios-de-drogas.htm>. Acesso em 06/06/2019.

³ <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/586517-e-inevitavel-a-volta-dos-manicomios-lamenta-ex-ministro-temporao>. Acesso em 12/06/2019.

perguntas constantes no questionário do censo, sem que nenhuma base de argumento científico contraditório fosse apresentada.⁴ Há, ainda, a negligência sobre os dados relativos as áreas importantes, cujas pesquisas científicas têm apontado o caminho oposto às decisões adotadas pelo governo, que igualmente desdenha das informações relativas à redução de mortes com o endurecimento das leis de trânsito e ignora solenemente os riscos apontados pelos pesquisadores que sugerem que o armamento da população, através de uma política de facilitação à posse e ao porte de armas, como propôs o governo, favorece o aumento da violência, e não sua diminuição.⁵

Não é por outro motivo que o guru do governo de Bolsonaro, o ex-astrólogo e autointitulado filósofo Olavo de Carvalho, residente nos Estados Unidos, não passa um único dia sem lançar alguma diatribe contra as universidades, os intelectuais e cientistas. Carvalho, que chegou a comparar o físico pós-moderno Fritjof Capra, autor de *O ponto de mutação* e *O tao da física* a Antonio Gramsci, em um livro, tem milhares de seguidores nas redes sociais, um espaço onde “testa” e valida teorias estapafúrdias, recheadas de ódio, anti-intelectualismo e anticientificismo.⁶

Transgredindo fronteiras...

A ofensiva obscurantista, anticientificista e anti-intelectualista ganhou contornos pouco conhecidos dos contemporâneos desde que o fenômeno do nazi-fascismo foi varrido da Europa com o fim da guerra. Circunscritos aos livros de história ou conhecidos apenas dos órgãos de segurança e informação dos diversos países de democracia formal, os fascistas não se constituíram em ameaça real na esmagadora maioria dos países até recentemente, nem mesmo onde a extrema-direita guardava traços identitários incontornáveis com tais ideologias, visto que, quando disputavam eleições, alcançavam percentuais ínfimos.

Não que os fascistas tenham deixado de existir desde o fim da guerra, mas sua perda de força e de eficiência política impediram que ideologias se transformassem em

⁴ <https://oglobo.globo.com/economia/bolsonaro-volta-criticar-metodologia-do-ibge-para-medir-desemprego-no-pais-1-23567270>. Acesso em 12/06/2019. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/ibge-reduz-questionario-do-censo-de-2020-e-preve-corte-de-26-de-verbos-em-2020.shtml>. Acesso em 12/06/2019.

⁵ Sobre os aspectos apontados aqui, uma rápida pesquisa nos jornais confirmam que o governo brasileiro se confronta diretamente com os dados apresentados pelos pesquisadores de diversos ramos de conhecimento, tomando medidas que vão no sentido oposto à dimensão civilizacional que vem sendo proporcionada pela investigação e pela ciência brasileiras.

⁶ No livro *A Nova Era e a Revolução cultural*, Carvalho sentencia: “Nem as ideias de Capra nem as de Gramsci necessitam de refutação. Sua interpretação ordenada e clara já vale como refutação. O simples desejo de compreendê-las basta para exorcizá-las. São ideias que só podem prosperar sob a proteção de uma névoa de ambiguidades, e só encontram terreno fértil nas almas que anseiam por ilusões lisonjeiras, em cujo colo macio possam esquecer sua própria miséria, a miséria de toda vaidade”. (2014, p. 92)

movimentos e que movimentos se convertessem em governos capazes de transfigurarem os regimes para alguma espécie de fascismo. Por conta disso, mesmo existindo ou sendo um fenômeno eterno e um permanente risco nas sociedades de democracia de massas, como sugere Umberto Eco, ou mesmo admitindo-se o que Theodor Adorno estabeleceu como “Escala F”, o fascismo quase não obteve mais influência, limitando-se a ser algo marginal nas democracias, isso pelo menos até a primeira década do século XXI.⁷ (ECO, 2018; SAFATLE, 2016; STANLEY, 2018)

Todavia, nem todo anticientificismo é fascista. Como fruto de uma crítica ao racionalismo e toda a catástrofe produzida no século XX, na esteira da busca pela razão universal, a partir dos anos 1960, mas ainda mais significativamente na década de 1970, algumas correntes tidas por irracionais irromperam na cena intelectual e política configurando uma crítica ao que seria a barbárie promovida pela razão e ao seu cientificismo atávico. Tal ataque ao cientificismo, levado à cabo, sobretudo, pelas correntes pós-estruturalistas, grosso modo chamadas de pós-modernas, o que em certos casos foi entendido como um ataque à ciência e à própria razão, demandou de alguns autores, sempre no plano intelectual, um combate acerbo. (LYOTARD, 2009; EAGLETON, 1998)

Não é objetivo deste texto discutir um assunto tão complexo e que exigiria um desvio demasiadamente longo para que pudéssemos tratá-lo da maneira adequada, mas um episódio parece ilustrativo das contendas travadas no plano intelectual envolvendo a crítica e a defesa da ciência. Buscando chamar a atenção para a maneira como os inúmeros filósofos pós-modernos “abusaram da ciência”, os físicos Alan Sokal e Jean Bricmont realizaram um experimento farsesco. Em meados dos anos 1990, os cientistas e professores das universidades de Nova York e Louvain (Bélgica), encaminharam para uma importante revista norte-americana de estudos culturais, a *Social Text*, “um artigo satírico cheio de citações e sem sentido, porém infelizmente autênticas, sobre física e matemática, proferidas por proeminentes intelectuais franceses e americanos”. (1999, p. 9) O interesse de tais autores, que durante anos ficaram “escandalizados e angustiados” com a rejeição “mais ou menos explícita da tradição racionalista do Iluminismo”, engendrada por vastos setores das humanidades e das ciências sociais na academia francesa e estadunidense, onde se proferiam “discursos teóricos desconectados de

⁷ Sem denominar de fascismo o fenômeno que atenta para a emergência de governantes autoritários no mundo contemporâneo, os politólogos e professores de Harvard Steven Levitsky e Daniel Ziblatt chamaram a atenção para os riscos vividos pela democracia no ótimo *Como as democracias morrem* (2018).

qualquer teste empírico, e por um relativismo cognitivo e cultural que encara a ciência como nada mais do que uma ‘narração’, um ‘mito’ ou uma construção social entre muitas outras”. (1999, p. 15)

O experimento consistiu no envio de um artigo, cujo título “Transgredindo as fronteiras: em direção a uma hermenêutica transformativa da gravitação quântica” não deixa de ser elucidativo da disposição absurda de “demonstrar” que tanto a realidade física como a realidade social são, “no fundo, uma construção social e linguística”. O artigo foi publicado na *Social Text* em um número especial destinado a “refutar a crítica dirigida ao pós-modernismo e ao construtivismo social por vários cientistas eminentes”. (1999, p. 16) A questão, contudo, era a que todo o artigo se constituía numa fraude, algo propositalmente feito para demonstrar que os filósofos pós-modernos utilizam-se deliberadamente de procedimentos de mistificação e de uso exagerado de linguagem afetada e obscura, além do emprego incorreto de conceitos científicos e pensamentos confusos, com o único objetivo de convencer os incautos. De acordo com Sokal e Bricmont,

Nossa meta é precisamente dizer que o rei está nu (e a rainha também). Porém queremos deixar claro: não investimos contra a filosofia, as humanidades ou as ciências sociais *em geral*; pelo contrário, consideramos que estes campos do conhecimento são da máxima importância e queremos prevenir aqueles que trabalham nessas áreas (especialmente estudantes) contra alguns casos manifestos de charlatanismo. Em especial queremos “desconstruir” a reputação que certos textos têm de ser difíceis em virtude de ideias ali contidas serem muito profundas. (1999, p. 19)

O que os autores, que enviaram um segundo artigo para a *Social Text* desfazendo a farsa, artigo este que, obviamente, não foi publicado, pretendiam demonstrar é justamente que, em muitos casos, “se os textos parecem incompreensíveis, isso se deve à excelente razão de que não querem dizer absolutamente nada”. (1999, p. 19) A propósito do assunto, o filósofo Daniel Dennett cunhou o termo “eumerdificação”, a partir de uma conversa com Michel Foucault, um ícone dos pós-modernos, que lhe foi relatada pelo seu colega John Searle. (2006, p 428n)⁸

Negacionismo: a face obscura do anticientificismo na historiografia

⁸ Dennet narra um episódio em que o filósofo estadunidense John Searle indaga Michel Foucault: “Michel, você é tão claro quando conversa; por que seu trabalho escrito é tão obscuro?”, ao que Foucault respondeu: “Isso é porque, para ser levado a sério na pelos filósofos franceses, 20% daquilo que você escreve têm que ser de bobagens impenetráveis”. (p. 428n)

Na passagem dos 200 anos da Revolução Francesa, quando a imprensa, os políticos, a sociedade e muitos historiadores se questionavam acerca dos fundamentos de um acontecimento que tinha conformado a contemporaneidade, o historiador marxista britânico Eric Hobsbawm anotou:

Todos nós, inevitavelmente, escrevemos a história do nosso próprio tempo quando olhamos o passado e, em alguma medida, empreendemos as batalhas de hoje no figurino do período. Mas aqueles que escrevem *somente* a história do seu próprio tempo não podem entender o passado e aquilo que veio dele. Podem até mesmo falsificar o passado e o presente, mesmo sem a intenção de o fazer. (2001, p. 14)

Em 1989 a sociedade se transformava. O mundo bipolarizado que tinha definido todo o “breve século XX”, começava a se desfazer e o capitalismo, sob ameaça constante desde que os trabalhadores haviam chegado ao poder na Rússia em 1917, parecia ser o vencedor da contenda. A história, diria Francis Fukuyama, havia chegado ao fim (1992), e a queda do Muro de Berlim em novembro de 1989, bem como a dissolução da URSS dois anos depois, haviam colocado o marxismo em crise e na defensiva, com muitos marxistas passando de armas de bagagens para o campo do liberalismo, como havia sido o caso de François Furet, autor de *Pensando a revolução Francesa* e um dos historiadores contra os quais Hobsbawm escreveu o seu livro *Ecos da Marselhesa*. (HOBSBAWM, 2001; FURET, 1989)

O revisionismo na história não chegou a ser uma novidade na passagem das décadas de 1980 para 1990, mas as muitas polêmicas abrigadas na história desde o fim da Segunda Guerra Mundial, que transpuseram o termo “revisionista” dos debates do interior do marxismo para a historiografia, ganhavam novos contornos, sendo o episódio de comemoração do bicentenário da Revolução Francesa o momento símbolo dessa mudança, justo no momento em que o “socialismo real” ruiu e o capitalismo foi proclamado vencedor, algo que significou uma mudança profunda de paradigma, com palavras cambiando o sentido, algo que impactou significativamente a historiografia. (TRAVERSO, 2012, p. 11-12)

Toda a história é revisão. Fosse de outra forma, seria impossível a um historiador enveredar pelo estudo de um tema que já tivesse sido investigado por algum dos seus colegas. O pressuposto de que toda a história é revisão é essencial para se estabelecer que quando novas fontes documentais são reveladas, uma parte daquilo que não se conhecia, ou mesmo algo do que havia sido estabelecido e que era compreendido de uma determinada forma, pode ter seu conhecimento ampliado ou mesmo completamente modificado. Por esse motivo, uma parte substancial e absolutamente importante do

trabalho dos historiadores se dá na tentativa, muitas vezes infrutífera, de descobrir novas fontes de documentos, novos acervos, novas peças que sejam capazes de favorecer o encaixe de um quebra-cabeças complexo como é o passado.

Toda história é revisão também mesmo que novos documentos ou acervos não sejam revelados. A história se transforma, neste caso, na medida em que “cada geração faz suas próprias perguntas novas sobre o passado”. (HOBBSAWM, 1998, p. 256) O desenvolvimento do conhecimento histórico, vale-se, portanto, do desenvolvimento da própria sociedade, pois a transformação e o progresso, que supostamente implicam em respeito, inclusão e ganho civilizacional, favorecem a incorporação de novas e desconhecidas epistemologias, que na maior parte do tempo rompem o silêncio que paira sobre os grupos explorados e oprimidos da sociedade de classes. O conhecimento da Revolução Russa de 1917, por exemplo, foi mais beneficiado pela transformação na forma como as mulheres passaram a se perceber na história, a se perguntar sobre os papéis cumpridos em tantos acontecimentos, e a investigar a fundo a história do gênero feminino em momentos importantes, do que daquilo que veio a ser conhecido com a abertura dos arquivos da antiga União Soviética. (GOLDMAN, 2014, MURPHY, 2007; 2008)

Todavia, as transformações do conhecimento histórico não se dão sempre no sentido do progresso pretendido. Em determinadas situações, ao invés de verificarmos o incremento e a expansão do conhecimento, quando novos documentos, novas hipóteses e epistemologias são incorporadas, o que ocorre é o oposto. Isso pode acontecer por uma regressão da sociedade, uma ditadura, por exemplo, ou por alguma forma de desvio típico da maneira como as memórias operam. Acontecimentos relacionados a temas que necessariamente despertam partidarismos, são sempre discutidos a partir da forma como as hegemonias se estabelecem, sejam elas sob o seu aspecto social mais amplo, algo que se relaciona à disputa pelo poder do Estado, sejam elas sob o aspecto mais restrito, relativo ao domínio do conhecimento, o controle de agências de pesquisa e a ocupação de postos na *intelligentsia* universitária, o que redundava em certa capacidade de atrair novas gerações de investigadores.

Tomando-se como exemplo a forma como compreendemos as revoluções em geral, o historiador português Manuel Loff chama atenção para a maneira como ocorreu uma anatemização da “revolução” na historiografia e na politologia em geral (2014). A respeito da Revolução Russa, Kevin Murphy observou que somente por uma



“interpretação ideologicamente seletiva da era revolucionária”, a historiografia pôde caminhar para a direita e não para a esquerda, deixando de confirmar aquilo que os clássicos do marxismo haviam dito. (2008, p 61-62) No mesmo espírito, caso se conheça a forma como a história brasileira se transformou nos últimos 50 anos, não surpreende que os historiadores tenham optado por conciliar com a ditadura. (SENA JÚNIOR, 2017a; 2017b)

“Revoluções despertam partidarismos”, escreveu Murphy (2008, p. 45). Nazismo, fascismo, golpes e ditaduras também despertam paixões e partidarismos. Na maior parte do tempo os partidarismos circunscrevem as contendas no âmbito da universidade. Nesses espaços, onde as polêmicas se dão de maneira dura e intensa, mesmo que não se chegue a demover o oponente das suas posições, como aconteceu no caso narrado por Dawkins em relação ao complexo de Golgi descrito acima, visto que isso nunca acontece nas ciências humanas, os debates são necessários e incontornáveis e, não raro, adjetivações são utilizadas contra os adversários como forma de depreciá-los. Neste aspecto, o uso do adjetivo de “marxistas” para alguns historiadores, o que não acontece quando se tratam de weberianos, foucaultianos, liberais, entre outros, não deixa de ser uma arma até certo ponto eficiente para desmerecer historiadores que situam-se num campo relativamente marginal na academia e que são acusados de serem mais militantes do que cientistas. Da mesma forma, nenhum historiador deve se sentir feliz em ser chamado de “revisionista”, já que o acréscimo do sufixo “ista” à saudável ideia de revisão que cabe em qualquer trabalho de historiador, neste caso atribui um caráter pejorativo ao labor historiográfico. (TRAVERSO, 2012; MELO, 2014; SENA JÚNIOR, 2014)

Se o termo “revisionismo” tem, na maior parte do tempo, uma dimensão pejorativa, a ideia de “negacionismo” é ainda mais perniciosa. Tomado de trabalhos de pesquisadores que negam que o Holocausto tenha existido e que este tenha sido um produto do racismo praticado pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, a ideia de onde se deriva a “negação” do acontecimento, foi quase sempre utilizada para acusar os judeus de terem se beneficiado da posição de vítimas de uma catástrofe de dimensões profundas: a tentativa de extermínio e o genocídio praticado contra o povo judeu (a Shoah), pelos nazistas, ao longo dos anos 1930 e 1940.

Se o revisionismo parece ser algo pernicioso, porque é um procedimento distorcido de revisão, foi em virtude do negacionismo que a historiografia foi parar nos tribunais, numa das raras, senão única vez, que o trabalho do historiador e a verdade histórica foi

submetida ao escrutínio da justiça. O caso em tela, narrado pela historiadora estadunidense Deborah Lipstadt no livro *Negação*, obra que deu origem a uma produção cinematográfica de 2016, dirigida por Mick Jackson, com Rachel Weisz, no papel de Deborah, e Timothy Spall, interpretando o negacionista David Irving, constitui-se num desses momentos quando a verdade histórica prevaleceu contra as tentativas ideológicas de falsificação. (LIPSTADT, 2017)

A história tratada no livro conta o imbróglio que envolveu o negacionista britânico David Irving, que acusou a historiadora e professora da Universidade de Emory, na cidade de Atlanta, Estados Unidos, de injúria e difamação na Grã Bretanha. Irving, que segundo Lipstadt negava o uso de câmaras de gás para o extermínio sistemático dos judeus e que afirmava que não tinha havido “nenhum plano oficialmente sancionado pelo Terceiro Reich para aniquilar os judeus europeus”, alegava que Lipstadt, especialista em *Holocaust Studies*, e autora de *Denying the holocaust: the growing assault on truth and memory*, o havia difamado, ao que pedia retratação e indenização à historiadora e à editora Penguin. (2017, p. 17) De acordo com Lipsdadt, neste livro o negacionista Irving, autor de *Hitler's war*, havia sido descrito como “partidário de Hitler usando cabresto”, alguém que “distorce[u] indícios, [...] manipul[ou] documentos [e] alter[ou] [...] e deturp[ou] dados para chegar a conclusões históricas insustentáveis”. (2017, p. 16) Lipstadt considerava o autodidata Irving como alguém que parecia disposto a levar adiante o legado de Hitler, especialmente porque, “diferentemente dos demais, que eram conhecidos apenas por serem negacionistas, Irving era autor de inúmeros livros sobre a Segunda Guerra Mundial e o Terceiro Reich, alguns dos quais bem avaliados” (2017, p. 16)

O episódio da disputa judicial, ocorrida por vários anos na década de 1990, foi minuciosamente descrito por Lipstadt no seu livro. A estratégia da defesa, de não utilizar a historiadora como testemunha e nem mesmo os sobreviventes dos campos de concentração nazista, a quem Irving já tinha humilhado em determinada ocasião, consistiu em provar a existência da solução final e do Holocausto a partir de um rigoroso trabalho de investigação, que envolveu diversos especialistas, inclusive Richard Evans, que posteriormente publicaria uma das trilogias mais importantes sobre o Terceiro Reich. No final das contas, mesmo sem acreditar que sejam os tribunais os melhores espaços para decidir sobre a verdade na história, Lipstadt e a equipe de defesa terminaram por produzir provas suficientemente convincentes sobre um tipo de verdade categórica à qual nenhum historiador pode se acostumar. Isso porque,

Os historiadores tentam estabelecer a “verdade” histórica determinando objetivamente o que aconteceu; consideram o contexto e as circunstâncias de um dado acontecimento ou documento; interpretam indícios e apresentam suas opiniões, sempre cientes de que outros historiadores podem olhar para o mesmo material e, sem serem vítimas de qualquer engano, chegar a conclusões distintas. Os historiadores também sabem que, conforme novas fontes de documentos surgem, algumas “verdades” podem ficar ultrapassadas. Sucintamente: as verdades históricas não podem ser medidas como a poluição do ar de uma cidade.

A ação movida por David Irving contra Deborah Lipstadt foi vencida pela historiadora e rendeu um belo livro e um ótimo filme de tribunal, uma peça importante e excelente material para que possamos discutir as formas como se estabelece a “verdade” na história, que mesmo sem serem definitivas e peremptórias, como são as verdades sobre a poluição do ar, o aquecimento global ou o fato de que a Terra é plana, são igualmente reconhecidas e assumidas como tais.

Ofensiva obscurantista e negacionismo à brasileira

Em 2004, por ocasião da passagem dos 40 anos do golpe civil-militar de 1964, o politólogo e professor da Unicamp Caio Navarro de Toledo publicou o artigo “1964: golpismo e democracia: as falácias do revisionismo” na revista *Crítica Marxista*. Na ocasião, Toledo observava a forma pela qual o debate em torno do golpe vinha ganhando terreno na universidade, além de outros espaços, destacando que a ordem do dia lida em 31 de março daquele ano, quando o PT governava o país, elaborada pelo general Francisco Roberto de Albuquerque, não mencionava a “Revolução de 1964”, como de hábito os militares costumavam se referir ao golpe. De acordo Toledo, as “sensatas” palavras do comandante poderiam ser consideradas um gesto de concórdia de alguém que dizia ter o “coração livre de ressentimentos” e que considerava que o 31 de março de 1964 “uma página virada de nossa história”. (2004, p. 28)

O cientista político Caio Toledo, observando o panorama político do país, tinha em conta que, mesmo com opositores, a posição do general e comandante do Exército não deixava de ser um importante passo no sentido do estabelecimento da direção civil e constitucional sobre as vontades representadas no ambiente castrense, quase sempre refratárias às apreciações do golpe e da ditadura realizadas pelos historiadores acadêmicos. Apesar do avanço observado, Toledo pressentia, que nas esferas progressistas da universidade, o caminho percorrido apontava para o sentido inverso, pois vários estudiosos tinham passado a defender teses revisionistas sobre os eventos de março/abril de 1964, algo que vinha sendo acolhido pelos setores conservadores e seus

ideólogos que insistiam em justificar o 31 de março como um movimento que teria impedido o Brasil de se tornar um país comunista por um golpe de esquerda. (2004, p. 34)

Ainda no contexto da efeméride pelos 40 anos do golpe de 1964, o historiador e professor da UFF Marcelo Badaró Mattos chamou atenção para a inconsistência das teses de acadêmicos que, de alguma forma, terminavam legitimando o golpe e os golpistas, como o seu colega da UFF, e também historiador, Daniel Aarão Reis. De acordo com Mattos, Daniel Aarão tinha, inclusive, “foro de maior legitimidade”, já que como ex-militante do MR-8, uma organização que havia lutado contra a ditadura, garantia uma espécie de acerto de contas com seu passado maximalista. Ainda segundo Marcelo Badaró Mattos, Daniel Aarão vinha caracterizando as esquerdas como antidemocráticas, algo que poderia ser dito como uma tentativa de promover a conciliação como os militares, abrindo terreno para a eclosão de memórias deturpadas, ressentidas e até mesmo reacionárias. (2005, p. 17-18)

Mesmo não estando situado no centro das polêmicas existentes na historiografia do país, os debates sobre o revisionismo, nessa altura, ocupam um razoável espaço e sobre o assunto pelo menos dois livros-manifestos foram publicados, gerando alguma repercussão. (MELO, 2014; SENA JÚNIOR, MELO, CALIL, 2017) Não cabe nesse artigo uma discussão do tema, mas faz-se necessário mencionar que as formas assumidas pelo revisionismo fora da academia em termos atuais, algo que parece estar bastante mais próximo do negacionismo do que de qualquer debate consciencioso que ocorra na academia, não deixa de ter sido iniciado no ambiente universitário, onde historiadores e cientistas políticos passaram a conciliar cada vez mais intensamente com a ditadura, abrindo espaço para a forma obscurantista e anticientífica que é como o negacionismo predomina na esfera pública no Brasil.

A propósito do assunto, em 4 de outubro de 2018, enquanto celebrava os 30 anos da carta constitucional de 1988, o ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou: “É função primária de uma Constituição cidadã fazer ecoar os gritos do nunca mais. Nunca mais a escravatura, nunca mais a ditadura, nunca mais o fascismo e o nazismo, nunca mais o comunismo, nunca mais o racismo, nunca mais a discriminação”. Poucos dias antes, no dia 1º, Toffoli havia se referido ao golpe civil-militar de 1964 como “movimento de 1964”, dizendo se recusar entrar na “polêmica” sobre o fato de ter havido ou não um golpe no Brasil: “Hoje, não me refiro nem mais a golpe nem a revolução. Me refiro a movimento de 1964”, disse o ministro, que citou Daniel Aarão Reis,



arguindo que, no período, tanto a esquerda quanto a direita tinham sido coniventes com quadro de crise política, não sendo capazes de assumirem seus erros que desembocaram no “movimento de 1964”. Para o presidente do STF, a caracterização de “golpe” ou “movimento”, no seu entendimento, parecia ter mais relação com as polêmicas políticas do que com a verdade histórica propriamente dita.⁹

As falas do ministro Dias Toffoli, apesar de graves, poderiam ser tomadas como um simples equívoco, mas apenas se não estivessem inseridas num contexto de ofensiva obscurantista e anticientificista surgida no Brasil nos últimos anos. E se ideias absurdas sobre Terra plana, de que há não aquecimento global, se as desconfianças infundadas e acusações a pesquisadores que são tomados como investidos de disposições ideológicas são registradas até mesmo em ramos das chamadas “ciências duras”, imagine-se o significado dessa investida contra as humanidades e a Filosofia, que vivem em meio a polêmicas de diversas espécies. A este respeito, o próprio presidente brasileiro e o seu ministro da Educação, Abraham Weintraub, já trataram de desqualificar essas áreas de conhecimento, como de pouca relevância e demasiadamente caras para que um país em crise se disponha a arcar com elas.

Weintraub, um obscuro e desconhecido professor da Unifesp com poucos anos na carreira no magistério, mas quase 20 dedicados ao mercado financeiro, que já havia dito que nordestinos deviam estudar Agronomia, nunca Filosofia, em seguida reafirmou suas ideias, estendendo-a a todo o país e dizendo que aqueles que quisessem estudar Filosofia, que o fizessem “com dinheiro próprio”. Para o ministro da Educação do governo de Bolsonaro, o dinheiro público “que iria para faculdades como filosofia, sociologia” seriam agora colocados em faculdades “que geram retorno de fato: enfermagem, veterinária, engenharia e medicina”, pois a coisa mais importante que o governo deve fazer, segundo disse, “é respeitar o dinheiro do pagador de imposto”. Então o investimento a ser feito deveria ser exclusivamente em habilidades, como ler, escrever e fazer conta, sendo a segunda coisa mais importante, aprender “um ofício que gere renda para a família” e que “melhore a sociedade em volta dela”, algo que a Filosofia e as humanidades, jamais seriam capazes de proporcionar.

⁹ Registre-se que no mesmo dia em que Toffoli o citou, Daniel Aarão veio a público refutar a ideia de que tenha se referido ao golpe de 1964 como “movimento”. <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/historiador-citado-por-toffoli-diz-que-e-errado-chamar-ditadura-de-movimento-de-64>. Acesso em 18/06/2019.

O ataque do governo brasileiro à Filosofia e às Ciências Humanas, que é também um ataque à ciência como um todo, perfila-se com ataques que ocorrem em outras partes do mundo. Neste caso, o governo brasileiro reproduz a forma como os movimentos protofascistas e a extrema-direita enxerga a crítica, o debate e as ciências do impreciso. Weintraub, que não deixa de citar os Estados Unidos como modelo a ser seguido, não faz outra coisa senão repetir as premissas de alguns dos ícones do *Tea Party* norte-americano, como o governador da Carolina do Norte, Pat McCrory, que afirmou reentamente que a universidade pública não devia ministrar cursos de estudos de gênero: “Se você quiser fazer estudos de gênero, tudo bem, vá para uma escola particular e faça”. (STANLEY, 2018, p. 57)

A questão é que não pode haver ciência, de nenhuma espécie, sem o debate, a divergência e a crítica, algo que é proporcionado pela epistemologia. O pensamento não pode se desenvolver, portanto, sem a Filosofia, especialmente considerando-se que nenhuma fenomenologia pode prescindir da metafísica sobre o que vem a ser a verdade. Como disse Engels, “Os homens de ciência acreditam que se libertam da filosofia, ignorando-a ou insultando-a. No entanto, não podem fazer progresso algum sem pensar; e, para pensar, necessitam de certas determinações mentais”, o que significa que ninguém que faça ciência e pratique o conhecimento pode se considerar livre da filosofia “mas sim, desgraçadamente na maioria dos casos, escravizados à pior filosofia; e aqueles que a insultam são na sua maior parte dominados justamente pelos piores restos vulgarizados dos piores filósofos”. (2000, p. 147)

Junte-se a isso o equívoco, da parte do governo de Bolsonaro, que alega que as universidades brasileiras, e as ciências humanas no particular, são pouco produtivas e pouco importantes. Levantamento recente indica que o incremento em produtividade da ciência no Brasil, aquela medida por investigações publicadas em periódicos científicos, foram da ordem de 67,3% no período entre 2008 e 2017, algo que colocou o país entre os 15 maiores produtores de ciência do mundo. Nesse período, as ciências sociais aplicadas cresceram 77%, a linguística 106% e as humanidades expressivos 123,5%, situando o país numa posição de respeito entre os produtores de ciência no mundo.

Ou seja, se o governo de Jair Bolsonaro ataca a ciência, as universidades e a inteligência do país, não é por outro motivo que não o seu conteúdo obscurantista e autoritário, conteúdo este que não permite que um governante que luta permanentemente contra os dados e evidências da realidade, e que passou toda a sua vida negando que

tenha havido golpe e ditadura, e ainda por cima, que diz que nazismo é de esquerda, lide bem com historiadores e demais pesquisadores que comprovam justamente o oposto.

Em linha de continuidade com o negacionismo sobre o golpe de 1964 e a ditadura que lhe seguiu (1964-1985), o projeto bolsonarista tenciona atacar os historiadores e toda a historiografia até aqui consolidada sobre o assunto, inclusive aquela que é chamada de revisionista, apenas com o fito de estabelecer uma outra “verdade”, a que emana da sua caneta Bic. Nesse sentido, antes mesmo de vencer as eleições, setores militares, encarregados de suprir o bolsonarismo de estudos técnicos sobre a educação, vinham cogitando substituir os livros didáticos de história que trazem abordagens sobre o golpe e a ditadura a partir do que a historiografia universitária produziu, pondo em seu lugar versões surgidas das entranhas do pensamento castrense.¹⁰

No governo, contudo, a postura autoritária e negacionista se aprofundou com o ministro Ricardo Vélez Rodríguez, primeiro titular da pasta da Educação, demitido com menos de cem dias de empossado. Para o breve ministro, que não deixa de representar o pensamento em voga nas hostes do governo, “A história brasileira mostra que o 31 de março de 1964 foi uma decisão soberana da sociedade brasileira. Quem colocou o presidente Castelo Branco no poder não foram os quartéis”. De acordo com Vélez Rodríguez, que é de origem colombiana e crê que o regime instalado em 1964 “foi democrático de força, porque era necessário [naquele] momento”, a Constituição brasileira tinha sido seguida à risca, pois “Foi a votação no Congresso, uma instância constitucional, quando há a ausência do presidente” que determinou a posse de Castelo Branco. Discípulo de Olavo de Carvalho, Vélez Rodrigues pretendia realizar “mudanças progressivas” no livro didático, mas não durou o suficiente para pôr em prática o seu objetivo, que é também de Bolsonaro, dos seus filhos, do atual ministro da Educação dos seguidores de Olavo de Carvalho e de todos aqueles que pedem uma nova intervenção militar no Brasil.

Substituto do ministro colombiano, Abraham Weintraub, também indicação de Olavo de Carvalho, não deixou por menos. Sua perspectiva anticomunista e antimarxista, que lhe garantiram o aval para comandar a Educação com a “faca nos dentes” para

¹⁰ A esses respeito, veja-se a entrevista oferecida pelo general Aléssio Ribeiro Souto, ex-chefe do Centro Tecnológico do Exército, que integrou as equipes técnicas das áreas de ciência e tecnologia e de educação que preparam o programa eleitoral de Bolsonaro, oferecida ao jornal *O Estado de São Paulo*. <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,e-preciso-nova-bibliografia-para-escolas-diz-assessor-de-bolsonaro-para-a-educacao,70002547417>. Acesso em 17/06/2019.

combater o marxismo na universidade, como havia sido a expectativa anunciada no caso de Vélez, foram confirmadas logo nos primeiros dias de gestão, com os ataques às humanidades e à Filosofia.¹¹ Entretanto, o ataque maior ainda estaria por vir. Posto não se restringir exclusivamente ao plano ideológico e ao negacionismo, o anúncio de um corte de cerca de 30% das verbas para universidades que faziam “balbúrdia”, feito pelo ministro, que citou a UFBA, a UnB e a UFF, em seguida corrigido para abranger todas as Instituições Federais de Ensino Superior, significou um profundo ataque ao conjunto da ciência no Brasil, cuja universidade é responsável por 95% das pesquisas produzidas no país.¹²

Algumas palavras finais sobre a ofensiva bolsonarista contra a inteligência e ciência no Brasil

Nenhum país que pretenda alcançar um patamar de desenvolvimento e um certo nível civilizacional, pode abrir mão de reivindicar o direito a ciência, a toda a ciência, sejam elas exatas ou humanas, naturais ou sociais, teóricas ou aplicadas. Mas não apenas à ciência, também à filosofia, visto que todo o conhecimento é filho dileto do pensamento e toda a ciência tem sua própria teoria do conhecimento, sua epistemologia. Por conta disso, a defesa da universidade frente ao discurso obscurantista, anti-intelectual e anticientificista que avança no planeta, é condição necessária para a sobrevivência da democracia, mesmo com todas as limitações que ela comporta até o presente.

A dimensão anti-intelectual e anticientificista de alguns governos na atualidade, inclusive o governo brasileiro, abertamente hostil à ciência a inteligência, nos remetem a analogias com a Alemanha nazista. Analogias são necessárias, mas devem ser utilizadas sempre com muito cuidado. Obviamente que há semelhanças no perfil demagógico-discursivo e autoritário de alguns governos pelo mundo, como o de Viktor Orbán, na

¹¹ A história da “faca nos dentes” foi contada por Vélez Rodrigues em entrevista à revista *Veja*. <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/tem-faca-nos-dentes-para-enfrentar-essa-guerra-perguntou-bolsonaro-ao-futuro-ministro-da-educacao-23277301>. Acesso em 17/06/2019.

¹² <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em 17/06/2019. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/30/mec-anuncia-corte-de-30percent-em-repasses-para-todas-as-universidades-federais.ghtml>. Acesso em 17/06/2019. Sobre a produção científica realizada pelas universidades, veja-se o link <https://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8726-documento-disponibilizado-a-capes-apresenta-desempenho-e-tendencias-na-pesquisa-brasileira>. Acesso em 17/06/2019. Essas informações também constam no site <https://www.investe.sp.gov.br/noticia/99-das-pesquisas-sao-feitas-pelas-universidades-publicas/>. Acesso em 17/06/2019, onde consta que 99% das pesquisas são feitas nas universidades e ainda no <https://www.unicamp.br/unicamp/clipping/2018/02/19/99-das-pesquisas-sao-feitas-pelas-universidades-publicas>. Acesso em 17/06/2019, que reproduz a informação sobre os 99% e também em outros portais de notícias.



Hungria, o de Rodrigo Duterte, nas Filipinas, de Recep Erdogan, na Turquia, além do partido da Lei e da Justiça, de Mateusz Morawiecki, que dirige a Polônia e a coligação de partidos de direita e extrema-direita que comandam a Itália, que tem como vice-primeiro-ministro Matteo Salvini, da Liga Norte. Para completar, o fato de a presidência dos Estados Unidos ser ocupada por Donald Trump, do Partido Republicano, não deixa de significar um sinal dos tempos, com predomínio do obscurantismo, da intolerância e tudo que lhe é correspondente. Todos esses governos se assemelham pela forma anticomunista como travam suas guerras culturais contra o que supõem ser o marxismo incrustrado nas instituições e universidades de quase todos os países do mundo. Todavia, não se pode dizer que a democracia e a inteligência foram dizimados, como esteve perto de acontecer na Europa nos anos 1930 e 1940. Resistimos, mas não apenas em função do presente ou do futuro, mas também em função do passado e de todos os homens e mulheres que traçaram o tortuoso caminho até a afirmação do conhecimento e da ciência.

No Brasil de Bolsonaro, quando apenas se inicia esse processo de ataque às universidades e ao conhecimento, o quadro não é diferente do restante do mundo, mas é ainda mais extremado em se tratando de um país com acentuados índices de desigualdade, uma violência explosiva e endêmica, que ainda por cima atravessa uma crise econômica sem precedentes, com mais de 13 milhões de desempregados. Neste país, que há apenas duas décadas iniciou um lento processo de redução das desigualdades, algo interrompido pelo golpe jurídico-parlamentar-midiático do *impeachment*, assistiu a eleição para a presidência de um deputado completamente desimportante, alguém com 28 anos de mandato parlamentar sem ter sido capaz de liderar nenhum grande projeto ou causa significativa.

É nos marcos desse retrocesso que a ciência brasileira, como a inteligência mundial, precisa sobreviver. Posto que em nenhum outro momento da nossa história a inteligência e as universidades foram atacadas de maneira tão intensa, as batalhas que a sociedade e as classes menos favorecidas, que apenas nos últimos anos começaram a mandar seus filhos para o ensino superior, em muitos casos, para o ensino superior público, precisarão travar, são as batalhas de uma geração inteira, as batalhas das suas vidas, pelo presente, pelo futuro e em honra do passado.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Olavo. *A nova era e a revolução cultural. Fritjof Capra & Antonio Gramsci*. 4 ed., revista e muito aumentada, Campinas-SP: Vide Editorial, 2014.
- DAWKINS, Richard. *Deus, um delírio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DENNETT, Daniel D. *Quebrando o encanto. A religião como fenômeno natural*. São Paulo: Globo, 2006.
- ECO, Umberto. *Fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. São Paulo: Jorge Zahar, 1998.
- ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo, Iskra Edições, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- HOBSBAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa: dois séculos reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Sobre história. Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, s/d.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LIPSTADT, Deborah. *Negação. Uma história real*. São Paulo: Universo Livros, 2017.
- LOFF, Manuel. "Depois da Revolução?... Revisionismo histórico e anatemização da Revolução". In: MELO, Demian (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 53-65.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. *O Capital. Crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.



MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MACRAE, Edward; TAVARES, Luís Alberto; RÊGO, Marlize. Entrevista realizada com o Prof. Antônio Nery Filho. In: NERY FILHO, Antonio. *et al. Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas*. Salvador: EDUFBA, CETAD, 2009, p. 283-305.

MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. *História & Luta de Classes*, nº 1, p. 7-18, abril de 2005.

MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia. Uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOLES, Abraham A. *As ciências do impreciso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

MURPHY, Kevin. *Revolution and counterrevolution. Class struggle in a Moscow Metal Factory*. Chicago-IL: Heymarket Books, 2007.

_____. Podemos escrever a história da Revolução Russa? Uma resposta tardia a Eric Hobsbawm. *Outubro. Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, São Paulo, n. 17, p. 41-65, 2008.

NORA, Pierre. “Entre memória e História: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo, nº 10, p. 7-28, 1993.

RIBEIRO, Darcy. *Sobre o óbvio*. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2019.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos. Corpos políticos, desamparo e fim do indivíduo*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SAGAN, Carl. *O mundo assombrado pelos demônios. A ciência vista como uma vela no escuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. “Revisão e revisionismo na historiografia brasileira contemporânea”. In: GODINHO, Paula; FONSECA, Inês; BAÍA, João. (Coord.). *Resistência e/y memória: perspectivas ibero-americanas* [E-book]. Lisboa: IHC-FCSH/UNL, 2014, p. 325-338.

_____. “A ‘boa memória’: algumas questões sobre o revisionismo na historiografia brasileira contemporânea”. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (Org.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017a, p. 41-77.

_____. “O historiador e o espelho da memória: um debate com o revisionismo histórico em torno do tema da ditadura 50 anos depois”. In: CARDOSO, Lucileide; CARDOSO, Célia Costa (Org.). *Ditaduras: memória, violência e silenciamento*. Salvador: EDUFBA, 2017b, p. 171-190.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (Org.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017a.



SOKAL, Alan, BRICMONT, Jean. *Imposturas intelectuais. O abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo. A política do “nós” contra “eles”*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia: as falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, Campinas-SP, Revan, nº 19, p. 27-48, outubro de 2004.

TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla. Interpretar las violencias del siglo XX*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2012.